

Pouca verdade e muita fantasia

JOSÉ CARLOS AZEVEDO

O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipea), órgão da Sepian, acaba de divulgar um importante documento (Relatório Anual de Acompanhamento — Área de Educação) que confirma o que muitos sabiam, há vários e vários anos, mesmo sem terem tido acesso às informações ora divulgadas: o sistema de ensino sob a responsabilidade do governo federal está falido, talvez irremediavelmente. Em suas 105 páginas, o relatório evidencia os prejuízos gravíssimos causados pela política oficial que, há décadas, favorece o ensino superior, com abundantes recursos, e deixa à míngua os dois graus anteriores.

Segundo o Ipea, a média de permanência diária dos alunos nas escolas de 1º grau é inferior a três horas, a repetência nesse nível é de 50%, e os alunos levam seis anos para cursar os quatro anos exigidos em lei. A escolaridade do brasileiro é irrisória e se situa entre 1,6 ano, média do Nordeste rural, e 5,6 anos, média do Sudeste urbano. Em países avançados, a permanência é superior a sete horas e a escolaridade, a 12 anos. Os recursos para a pré-escola favorecem os mais ricos: o Sul e o Sudeste receberam 43,1% dos recursos e o Norte, apenas 6,7%. O número de crianças entre sete e 14 anos fora da escola continua elevado — eram 4,4 milhões em 1968 — e a rede de escolas particulares está desaparecendo, o que se deve à política equivocada do governo e ao desastrado Plano Cruzado 1, mas estas duas observações não constam do relatório.

No final de 1985, diz o Ipea, havia 45.788 professores nas universidades federais (incluindo as fundações educacionais de nível superior mantidas pela União), mas só se graduaram 34.142 alunos, demonstrando existir, no nível superior, um sistema de ensino personalizado que talvez nem o herdeiro da Coroa da Inglaterra tenha recebido. Isso decorre da inflação de professores, cerca de um para cada 7,06 alunos (nos EUA essa relação é de um para 23), cabendo lembrar que, segundo a Seec-MEC, entre 1983 e 1985 houve uma redução de 71.383 alunos no nível superior, sendo 13.566 pertencentes ao sistema federal, onde as contratações de professores continuaram sem cessar, à semelhança do que ocorria em governos passados; no último deles, foram contratados por decreto, num só dia, mais de 12.000 professores. Em 1986, uma instituição possuía 3,53 alunos por professor, duas outras possuíam mais funcionários que alunos e a média nacional era de 3,82 alunos por funcionário.

Todos esses disparates, responsáveis por desastres no ensino superior, refletem no custo do aluno; que, segundo o Ipea, em média nacional, chegou a Cr\$ 58.720,00 por aluno por ano, equivalendo a 4.516 dólares, em 1986, valor elevado mesmo nos EUA; esse custo deverá aumentar em 1987, devido aos novos preços e salários e também pela criação de nova categoria de pedagogos, os magníficos marajás-reitores, com seus séquitos de rajás e maharajás e salários da ordem de Cr\$ 180.000,00 por mês. Há escola onde o custo do aluno chegou a 21.109 dólares em 1986, quantia astronômica alta, mesmo comparada ao cobrado em Harvard e MIT, que estão dentre os cursos mais caros do mundo. Por causa disso tudo, o governo federal gastará uns 82 bilhões de cruzados em 1987 apenas para pagar a folha de pessoal dessas instituições — universidades e fundações —, que, aliás, têm apenas cerca de 33% dos alunos de nível superior; esse valor deverá chegar a uns 170 bilhões em 1988, representando então cerca de 2% da dívida externa, uns dois a três bilhões de dólares. Ora, sabe-se que a contribuição brasileira para a pesquisa representa menos de 0,5% da produção mundial, e pode-se estimar que cada grupo de dez professores publica apenas um trabalho de investigação original por ano; é, portanto, válido perguntar: para que servem as universidades no Brasil? Para fazer greve e dar maus exemplos?

A exigüidade de espaço recomenda continuar a comentar o relatório em outra oportunidade, incluindo a despesa de 1,1 bilhão de cruzados em 1986 na publicação de 43.116.856 livros, 1.507.676 manuais e 466.931 cadernos, apesar de, segundo o Ipea, "... de acordo com recente pesquisa... pouca coisa existe em muitas escolas, além do quadro de giz. Para o País como um todo, 75% das escolas não têm um mapa pendurado na sala de aula e mesmo os mais simples cartazes estavam ausentes em metade das salas de aula visitadas. 72% das escolas não têm nenhum equipamento didático ou material de ensino".

Talvez seja conveniente compreender como se chegou à situação atual. Ao encerrar-se a administração do ex-ministro Jarbas Passarinho, estavam aprovados os documentos básicos da educação brasileira, as Leis nº 5.540/69 e 5692/71 (e os Decretos nº 464 e 465, que aproveitaram sugestões do Grupo de Trabalho para a Lei nº 5.540/69 e que haviam sido recusados pelo Congresso), ambas dotadas de consistência interna e que anunciavam a nova escola necessária para o Brasil; esses dispositivos, entretanto, deveriam ter sido implementados nos governos seguintes e complementados por outros documentos legais, mas nada disso aconteceu. Nessa ocasião, a demanda por matrículas no ensino superior levou o Conselho Federal de Educação (CFE) a autorizar o funcionamento, em caráter precário como manda a lei, de várias centenas de escolas de nível superior. Mas, com a mudança do governo, o CFE foi levado a reconhecê-las e, muitas delas eram ruínas, e a partir daí, durante anos, o ensino superior passou a ser um empreendimento comercial muito rentável; o anedotário da época citava o caso de um padetro que, cansado de farinhas, fermentos e gorduras, se transformou em próspero educador. Veio depois a suspensão temporária de reconhecimento de novos cursos, medida inócua e apenas procrastinadora, pois a lei (até hoje em vigor) mandava que os reconhecimentos fossem renovados periodicamente, o que nunca ocorreu.

À semelhança do que se passa em países desenvolvidos, seria muito bom para o Brasil se aqui houvesse uma rede de ensino particular de excelente qualidade que recebesse contingentes maiores de estudantes, e o Estado garantisse vagas para os alunos carentes e supervisionasse criteriosamente a qualidade do ensino; mas o que ocorre no Brasil não é isso, mas um paradoxo, pois o CFE reconhece cursos ruins e o MEC penaliza as boas escolas particulares, levando-as à falência, com o controle de taxas e anuidades, e nem as socorre em emergências, pois, enquanto destinou 115,5 milhões de cruzados em 1986 para os restaurantes das universidades e fundações federais, destinou apenas 172,5 milhões para todo o ensino estadual, municipal e particular, incluindo as escolas leigas e católicas. Por fim, é bom lembrar que nos últimos dois anos o CFE reconheceu mais 12 universidades, mas em apenas uma delas havia mais de 50.000 livros na biblioteca...

Vinte anos após a reforma, sem que nada houvesse ocorrido nesse intervalo, o MEC, em 1985, anunciou mudanças profundas em todos os níveis, que incluíam o Programa Nova Universidade; mas uma vez que os resultados foram modestos ou irrelevantes e o Ipea já analisou esses programas competentemente, deixo de lado essa questão.

É evidentemente grave a situação educacional brasileira, a qualidade do ensino é ruim, há excesso de professores no nível superior, as disparidades salariais são enormes, a pregação marxista é atuante, e as gerações futuras estão comprometidas; não é possível que um país com as potencialidades do Brasil continue a exibir um dos piores sistemas educacionais do mundo. Apesar disso, aparentemente pelo menos, a burocracia diz que tudo vai bem, o que faria Eça de Queiroz, se vivo fosse, repetir: "Sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia". Até quando?